

# A PESQUISA EMANCIPAÇÃO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

---

*Odária Battini*<sup>1</sup>

## **RESUMO**

Este texto aborda o debate contemporâneo sobre a pesquisa social, apontando a pluralidade de concepções que incidem na produção de conhecimentos e os seus sentidos ético-políticos. As referências indicadas pavimentam a compreensão dos fenômenos que movem a sociedade do capital e direcionam consciências, poder, relações, interesses, práticas macro e micro-societárias. Contaminam modos de apreender o real e de produzir conhecimentos, pela via da pesquisa. Além das referências teórico-metodológicas, a reflexão recai na análise da conjuntura atual, evidenciando expressões diversas de definição dos objetos de investigação e os desafios postos aos pesquisadores para dar respostas que subsidiem práticas emancipatórias para a superação da barbárie social, produzida na conflituosa relação capital e trabalho.

## **PALAVRAS-CHAVE**

produção de conhecimento, atitude investigativa, pesquisa qualitativa, desafios para a pesquisa social

---

<sup>1</sup> Professora do Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tema da palestra proferida na II Jornada Científica de Pesquisa Social. Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG, sobre a temática Trabalho, Diretos e Cidadania. Paraná/Brasil. Outubro de 2002.

## **A pesquisa nas ciências sociais**

Muito recentemente, no âmbito da produção de conhecimentos, especialmente nas décadas de 1960/1970, a emergência de movimentos libertários e a releitura da realidade trouxeram novas questões e renovaram o interesse crítico da sociedade contemporânea. Aprofundava-se a crise dos padrões de acumulação capitalista; evidenciava-se com maior força a incapacidade do modelo neoliberal de sustentação da igualdade, do acesso aos bens e do asseguramento da cidadania; emergia a crise do paradigma positivo, dominante nas ciências sociais. Desenhavam-se contornos para a explicitação do pluralismo de idéias e interesses na direção de uma nova sociedade (COUTINHO, 1991), manifestada nos dois paradigmas clássicos, os quais traziam em seu bojo visões conservadoras e de ruptura com a ordem vigente.

Essa luta, tanto no terreno das idéias quanto no da sociabilidade, é iluminada pelo Positivismo (DURKHEIM, MILL, KANT, HUME, MERTON, POPPER, WEBER) e sua vertente fenomenológica, que emerge como metodologia dialógica, dirigindo-se ao vivido humano, onde o sujeito é a evidência mais clara que o objeto pensado (HUSSERL, HEIDDEGER, MERLEAU PONTY, SARTRE), e pelo materialismo histórico dialético (MARX, LUKACS, GRAMSCI, GOLDMANN, LEFEBVRE, LOWY). Nos desdobramentos e nas polêmicas em torno das clássicas referências teórico-analíticas - ainda que o marxismo detenha grande vitalidade como paradigma de análise e compreensão da sociedade do capital, tendo como seu contraponto o positivismo - emergem diversas tendências teórico-metodológicas, na busca de construção de novos paradigmas (FOUCAULT, GIDDENS, BORDIEU, HABERMAS, ADORNO, MORIN, BOAVENTURA SOUZA SANTOS, HOBBSAWM), recuperando categorias explicativas e históricas consentâneas à realidade contemporânea, balizando sua leitura.

As referências indicadas pavimentam a compreensão dos fenômenos que movem a sociedade do capital e direcionam consciências, poder, relações, interesses, práticas macro e micro-societárias. Incidem nas formulações teóricas no âmbito das ciências sociais, e contaminam modos de apreender o real e de produzir conhecimentos, pela via da pesquisa.

O paradigma positivista determina o que chamamos de pesquisa formal/clássica, tendo como base a dimensão naturalista da vida,

da sociedade e do trabalho, radicando-se na matematização do conhecimento, na imparcialidade, na experiência e previsibilidade, na neutralidade e na generalização rigorosa dos produtos do conhecimento que se coloca dogmático, emoldurando uma racionalidade utilitária, objetiva. Postula a existência de objetos fora da consciência, inscritos num mundo objetivo no qual os sujeitos se põem como receptáculos que recolhem impressões, gravadas pela natureza exterior. A teoria positivista reitera, no movimento pensar/agir, o caminho do pensamento conservador, como resultado de um contramovimento aos avanços da modernidade e, nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista, não apontando para mudanças senão dentro da ordem estabelecida, não a superando (YASBEK, 2000).

Por sua vez, a teoria social de Marx informa a pesquisa na perspectiva prático-crítica. Esse movimento do pensar/agir coloca em discussão o compromisso da pesquisa que é o de pôr em crise o universo de certezas, instigando a sociedade a repensar, ontologicamente, acontecimentos e teorias na busca de novas civilidades. É essa a via através da qual entendemos a pesquisa como importante ferramenta para a reconstrução das relações sociais.

A teoria social de Marx concebe o homem como sujeito coletivo, histórico, inscrito nas lutas contraditórias de classes. Implica unidade teoria/prática (LUKÁCS, 1981), inscrevendo o pesquisador como sujeito da produção de conhecimentos que, com seu trabalho – material e espiritual – transforma o mundo e se transforma a si mesmo. Partindo do imediatamente dado, do abstrato ao concreto (MARX, 1978), o pesquisador vai captando o movimento de constituição do objeto, apreendendo nexos, conexões e, pelas mediações (PONTES, 1995), apreende o movimento constituinte do real, evidenciando passagens para patamares superiores de conhecimento e socialidade. É através das mediações, constitutivas do pensamento e do real, que o concreto pensado se realiza e orienta a prática, figurando entre o resultado do conhecimento e a efetividade desse resultado.

O processo de ir da aparência à essência se opera pelas mediações que auxiliam na construção da síntese (sempre provisória porque historicamente determinada) dos fenômenos, expressando sua imediatividade e sua mediaticidade. É o processo pelo qual se plasam instâncias e passagens que se forjam no cerne das relações sociais, implicando a subsunção do universal, do singular e do particular. Pelas mediações assim postas, particularizam-se significados dos fenôme-

nos evidenciando novos sentidos e descobertas, proporcionando aprofundamento e avanço do conhecimento.

Na trajetória do conhecimento comparece mútua dependência entre o todo e as partes que devem esclarecer-se entre o universal, o singular e o particular (LUKÁCS. 1978). Nessa dialética, produzem-se aproximações à compreensão do real, na medida em que ela se configura como o caráter processual dessa compreensão. Portanto, as relações entre os indivíduos são mediatizadas sendo a vida dos homens implicada em determinações sociais que são colocadas em claro na expressão concreta da sua particularidade (BATTINI. 1991).

É na perspectiva da construção da particularidade<sup>2</sup> dos objetos que se inscreve o trabalho do pesquisador. Assim, a pesquisa é a ferramenta através da qual o investigador mergulha nas mediações (e também as produz) que revelam as particularidades e, municiado pelo seu compromisso político-ideológico, forja novo sentido às explicações do mundo, contribuindo para uma nova civilidade.

### Qual civilidade?

Partimos do suposto de que todo processo de produção produz **produtos materiais** resultantes das relações técnicas de produção, ou relações do homem com a natureza, das quais advém instrumentos que permitem atendimento às necessidades humanas. Nesse processo, o sujeito produz e reproduz, incessantemente, suas condi-

---

<sup>2</sup> Particularidade concebida dialeticamente e não como particularismos. A dialética do universal, do singular e do particular propicia uma aproximação à compreensão da realidade à medida que se configura como o caráter processual dessa compreensão. No marxismo, a universalidade é considerada como uma abstração realizada pela própria realidade, e então - só então - ela se torna uma justa idéia, isto é, quando a ciência reflete adequadamente o desenvolvimento vital da realidade em seu movimento, em sua complexidade, em suas verdadeiras proporções. A ciência, ao formular leis, o faz no interior da universalidade do processo, considerando que deste conjunto de leis seja possível retornar aos fatos singulares da vida. Este retorno dar-se-á através de múltiplas mediações concretizando a dialética do universal, do singular e do particular. A dialética assim posta, na medida em que realiza e desenvolve a aproximação à realidade objetiva, conjuntamente ao caráter processual do pensamento como meio para esta aproximação, pode compreender a universalidade em uma contínua tensão com a singularidade, em uma contínua conversão em particularidade e vice-versa. O movimento dialético da realidade tal qual ela se reflete no pensamento humano, é (...) um incontrolável impulso do singular para o universal e deste, novamente para aquele, sempre mediatizado pelo particular. (LUKÁCS, 1978. Pág. 87)

ções sociais de produção, implicando **relações sociais** de produção – dos homens entre si – que são histórico-econômicas. Há, assim, uma relação indissociável entre a produção dos bens materiais e a forma econômico-social em que é realizada.

O trabalho da pesquisa social tem exatamente a dimensão de buscar identificar as relações sociais que se expressam nos componentes materiais da riqueza, desmistificando-os enquanto propriedade das coisas – apenas como valor de uso e riqueza em geral – colocando a nu a forma social da riqueza, isto é, a natureza do valor de troca e os fetichismos que a acompanham.

Transitar criticamente nas determinações da dinâmica da sociedade capitalista, tendo como primazia o trabalho, traduzindo as condições materiais de existência, as relações sociais contraditórias e as formas sociais através das quais se expressam é árdua tarefa do pesquisador social. O objeto de reflexão passa a ser a manifestação das formas nocivas e antagônicas de produção da vida e da sociedade, nas mais variadas expressões da questão social, as quais submetem os trabalhadores - em seus diferentes modos de vinculação no mundo do trabalho, desde o informal, o marginal até as mais sofisticadas especializações - à exclusão social para a valorização do capital.

É essencial, portanto, na vida acadêmico-profissional, inscrever-se na crítica rigorosa às determinações da questão social (CASTEL, 1998; ROSANVALLON, 1995; PEREIRA, 2001; NETTO, 2001; IAMAMOTO, 2001) que, na atualidade se reveste das expressões do conflito capital e trabalho, partindo da premissa de que *a análise da questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, acerca de concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais.* (IAMAMOTO, 2001).

As relações capital e trabalho se agudizam, apresentando uma crise sem precedentes (MÉSZAROS, 2002; HARVEY, 2000; ANDERSON, 1995). Não se caracteriza apenas como uma crise conjuntural. É uma mudança que rompe com uma civilização baseada em valores como a igualdade, a liberdade, a justiça social e em garantias de direitos sociais e trabalhistas (PEREIRA, 2001). Tal mudança civilizacional impõe o esvaziamento da sociedade salarial, a perda do poder de pressão e de contra-regulação social dos sindicatos, o

desmantelamento dos direitos sociais e o aumento da pobreza relativa e absoluta. A forma destacada de sua materialização é o desemprego estrutural, além da ameaça bélica, com o término da guerra fria; a deterioração do meio ambiente; o aprofundamento da desigualdade; a globalização da pobreza; o acirramento das lutas étnicas, religiosas e do racismo; recrudescer a mão do totalitarismo, caracterizado pelo esvaziamento da esfera pública, pela privatização dos negócios públicos, pela anulação das falas populares, pela desmoralização das demandas sociais e pela substituição da política pelo tecnicismo e pelo administrativismo (idem. 2001), decorrendo o que BOAVENTURA DE SOUZA SANTOS denomina de fascismo societal como regime social e civilizatório. É um tipo de fascismo que nunca existiu, manifestado pelas seguintes formas:

a) do *apartheid social*, originário da concentração de renda e do aumento da pobreza onde há zonas “selvagens” e zonas “civilizadas”;

b) do estado paralelo com formas de ação estatal caracterizadas pela grande discrepância entre o direito escrito e a ação estatal prática (não aplicação ou aplicação seletiva de leis, não punição da violação das leis), usurpação das prerrogativas estatais por forças poderosas da sociedade, com conivência do Estado. Este fascismo tem duas vertentes: a contratual como imposição de condições dos mais poderosos para com os mais fracos e o territorial, existindo sempre que atores sociais com forte capital patrimonial retiram do estado o controle do território onde atuam ou neutralizam esse controle, cooptando ou violentando as instituições estatais, exercendo a regulação social sobre os habitantes, contra seus interesses. Segundo o autor, é o fascismo pluralista onde o Estado, o Mercado e a sociedade civil, através de agências voluntárias e da rede informal de prestação de ajuda, colocam-se como provedores, funcionando ora como subsidiários, ora como complementares constituindo-se via para a privatização das políticas públicas que só o Estado pode garantir (PEREIRA, 2001);

c) populista, propondo a democratização do que na sociedade capitalista é indemocratizável através de dispositivos de identificação imediata com formas de consumo e estilos de vida que estão fora do alcance da maioria da população;

d) financeiro, comandando mercados financeiros de valores e moedas, fundado na especulação financeira, sendo o tipo mais sórdido de fascismo, servindo de modelo e critério operacional a novas institui-

ções de regulação global. Em suas várias formas e âmbitos, é exercido por empresas privadas cujas ações estão legitimadas pelas instituições financeiras internacionais (FMI, Banco Mundial) e pelos Estados hegemônicos (EUA). Sua virulência reside no seu potencial de destruição, na sua capacidade de lançar ao estado natural da exclusão países pobres inteiros. Rompendo culturas e a soberania do Estado-Nação, promove uma drástica subjugação ao capital;

e) na esfera da produção o paradigma flexível toma relevo, ANTUNES (2000), aponta a complexidade da crise atual afirmando que as conquistas dos trabalhadores e as suas formas de organização, especialmente sindical, favorecedora do controle social da produção são tidas como entraves à lucratividade; as inovações tecnológicas exigem reestruturação produtiva, gerando desemprego estrutural nos países avançados e o setor financeiro vai se reestruturando tendo por base as especulações financeiras; evidencia-se a internacionalização da economia capitalista, a crise do *Welfare State* e a crise fiscal do Estado, exigindo drásticos cortes nos gastos públicos, decorrendo as privatizações, as desregulamentações e a flexibilização do processo produtivo, dos mercados, afetando os processos de trabalho, as formas de gestão da força de trabalho, os direitos sociais e trabalhistas. Modifica-se o perfil do trabalhador (MARCONATO PINTO, 2002). Espera-se que o trabalhador seja inovador, criativo, multifuncional que saiba enfrentar desafios e situações inesperadas. Exige-se maior produtividade pelo mesmo salário. Precariza-se sua inserção no mundo do trabalho, drasticamente seletiva, produzindo-se uma superpopulação relativa – *os superfluos para o capital* (IAMAMOTO, 2001).

Essa população, excluída do mundo do trabalho, destituída dos direitos sociais, esvaziada do poder de pressão, alijada do controle social, atirada no esgarçado vínculo entre necessidades sociais e cidadania, portanto expropriada das suas condições de produção da vida individual e coletiva, se coloca como alvo do trabalho do pesquisador social.

Indagamos: quais são as respostas que nós, assistentes sociais pesquisadores estamos oferecendo? Nossos estudos na atualidade apontam, dentre outras, para questões como:

- liberdade e a democracia como valores humanos essenciais, questionando as concepções adotadas e suas repercussões políticas, buscando evidenciar o diálogo entre a democracia representativa e

a democracia participativa;

- globalização, a internacionalização da economia, as transformações no mundo do trabalho, os processos de trabalho no âmbito das profissões, como nova determinação do capital;

- ampliação do debate sobre a relação público/privado, da esfera pública, da participação popular nos espaços de poder e as formas de controle social (conselhos de políticas setoriais, fóruns);

- cultura, identidade e práticas sociais, incluindo os movimentos sociais, a organização popular;

- políticas públicas e as diferentes formas de seu ordenamento, realizadas pelas forças sociais em presença, fundado tanto na reprodução do capital como na atenção primordial à população vulnerabilizada (crianças e adolescentes, idosos, famílias carentes, pessoas portadoras de necessidades especiais);

- gestão social das políticas públicas da saúde, da educação, do trabalho, da assistência social, em seus sistemas próprios (SDPAS, SUS, SGD), em organizações governamentais e não governamentais, programas, projetos, ações;

- violência urbana em suas diversas expressões, manifestadas nos âmbitos privado (violência doméstica contra a mulher, as crianças e adolescentes) e público (moradia, transporte, meio ambiente);

- criminalização da sociedade em detrimento da sociedade do direito;

- subtração do poder de violência legítima do Estado pelos poderes paralelos, especialmente pelo narcotráfico, desresponsabilizando o Estado em sua precípua missão de proteção social e de defesa da cidadania;

- profissões, práticas profissionais e processos de formação profissional e a direção política adotada pelos Projetos Político-Pedagógicos nas Unidades de Ensino.

Resgatando os estudos e as propostas de intervenção de assistentes sociais na atualidade, aponta-se uma tendência ao trato das políticas públicas; conselhos de políticas setoriais; trabalho, mercado de trabalho e qualidade total; práticas profissionais, gestão de pes-



soas, serviços, instituições e políticas sociais; transformações societárias e movimentos sociais; desigualdade e exclusão social; violência; governabilidade; tecnologia da informação; terceiro setor e responsabilidade social.

Esse conjunto de preocupações revela a contribuição de assistentes sociais que, coletivamente estão em busca de respostas para o enfrentamento da questão social, que se exacerba a partir da inusitada crise do capitalismo, que não se configura como uma crise cíclica tradicional, pois tanto seu âmbito como a sua duração, superam hoje os limites historicamente conhecidos das crises cíclicas (MÉSZÁROS, 2002), impondo desafios para a pesquisa nas Ciências Sociais e especialmente no Serviço Social, de duas ordens: ético-política e teórico-metodológica.

Do ponto de vista teórico-metodológico, sob o abrigo da teoria social crítica, torna-se fundamental imprimir a atitude investigativa no trabalho profissional cotidiano, como um dos significativos espaços geradores de condições transformadoras. A dimensão investigativa na prática dos sujeitos cria suporte para o conhecimento, que também produz condições para a capacidade de expressão e objetivação humanas. Essa dimensão é entendida como produto real e objetivo, pois considera o ato de conhecer, exercido sobre a matéria mediatizada ou imediata, destinado a criar novo objeto para nova ação, visando a transformação do real. O exercício permanente da pesquisa, impulsionado pela atitude investigativa, como expressão do inconformismo, da crítica reiterada à realidade, do questionamento rico e vivo sobre os fatos, cria possibilidades de novas explicações permitindo ir além do limite dado.

Considerando que tradicionalmente o pesquisador que produz conhecimentos no âmbito do Serviço Social inscreve-se nas representações da população-que-vive-do-trabalho, inclusive como seu legítimo representante – esta passa a ser alvo da atuação e da reflexão profissional e as expressões das relações sociais desta classe constituem-se em objetos da pesquisa nesta área.

Entendemos, portanto, que a pesquisa contribui, pela via do conhecimento, na reprodução das condições favoráveis à reprodução da força de trabalho, como um dos elementos de mediação da reprodução das relações de produção, contribuindo para o processo de reprodução ampliada.

O produto do trabalho – material e espiritual - objetiva-se e exterioriza-se, contaminando relações. De natureza coletiva, tal traba-

lho produz significado social expressado pelo compromisso e intencionalidade que o sujeito imprime no processo, dando-lhe a característica especificamente humana.

Nessa perspectiva, apresenta-se a sua dimensão social e política que oferece contribuições favoráveis aos processos de transformação social. Implica, assim imiscuir-se nos processos de organização e direção da sociedade, realizando mudanças mediante a atividade do Estado. Envolve a luta pela hegemonia do trabalho, permeando relações de poder, em bases democráticas, contemplando a dimensão ético-política.

Tendo por base princípios humanistas, faz-se necessário promover um permanente e amplo debate elucidando, por 'dentro' o sentido da democracia (DAHL, 1997; PATEMAN, 1992; MOUFFE, 2001; PUTNAM, 1996) como sinônimo de soberania popular, ou seja, *a presença efetiva das condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto de cidadãos a participação ativa na formação do governo e no controle da vida social.* (COUTINHO, 1997).

O maior desafio está na apreensão da história, sob o ponto de vista político e econômico no processo constituinte da sociedade atual, aderindo e convalidando a idéia de que há alternativas ao capitalismo.

Num mundo de incertezas e na aparente exuberância do capital, organicamente nos vinculamos àqueles que ainda se apaixonam pelos vencidos e em sua luta em busca da liberdade (SINGER, 2002), engendrando o novo, potenciando ações e resultados, contribuindo para uma nova civilidade. Esse é o grande compromisso daqueles que se inserem na produção de conhecimentos nas ciências sociais, sob a perspectiva prático-crítica.

### **Como avançar nesta construção?**

- Decifrar, publicizar e submeter ao julgamento público, em busca de decisivos enfrentamentos, as condições constituintes da questão social – que não são inócuas e mantém consideráveis parcelas da população oprimidas e desesperançadas (PEREIRA, 2001), enfocando-as para além das suas expressões imediatas, de ocasião,

que tendem a se perpetuar livres de perturbações.

- Apreender a perspectiva contraditória e plural da sociedade do capital, assumindo claramente uma visão de mundo, entendendo que em diferentes espaços, o conjunto de tendências teórico-metodológicas e ídeo-políticas se confrontam na busca da hegemonia do poder, atentando para a centralidade da tradição marxista neste processo.

- Refletir sobre objetos emergentes na esfera micro-societária, como uma totalidade particular que subsume relações globais do mundo atual, expressadas na diversidade de interesses, de lutas, de posições políticas e econômicas que a transcendem.

- Traçar novos recortes teóricos e empíricos aos objetos de reflexão, de caráter crítico, balizados no projeto de ruptura com o constituído, superando o peso do empírico, orientando-se rigorosamente para quadros referenciais originais, indo às fontes. A referência a que nos reportamos é a obra marxiana e a tradição marxista, entendendo que não há o marxismo. Há uma fonte e uma tradição que se acumulou em torno dela, com vertentes diferenciadas e necessárias releituras críticas, historicamente determinadas. Apreende-las com rigor é ainda um desafio.

- Reafirmar nas investigações as bases teóricas do marxismo sem deixar, necessariamente de dialogar com outras matrizes do pensamento social, valorizando a pluralidade de pensamentos que dirigem consciências e ações, para a conquista da democracia e da liberdade dos homens.

- Denunciar as lógicas que reiteram as desigualdades, a discriminação, a exclusão social e que constroem formas despolitizadas de abordagem da questão social, fora do mundo público e dos fóruns democráticos de representação e negociação dos interesses em jogo, nas relações Estado/Sociedade (YASBEK, 2001).

- Explorar dimensões intercomplementares de um mesmo objeto, cujos pontos de ingresso podem ser o político, o econômico, o cultural, o simbólico e outras dimensões de análise, fortalecendo rede articulada de conhecimentos, para estabelecimento de vínculo orgânico basilar às lutas sociais democráticas, pela via do saber como esfera de poder.

- Decifrar algumas lógicas do capitalismo contemporâneo, particularmente em relação às mudanças no mundo do trabalho e sobre os

processos desestruturadores dos sistemas de proteção social e da política social em geral, especialmente nestes anos em que esses espaços públicos vêm sendo objeto de um processo de reordenamento, subordinados às políticas de estabilização da economia, em que a opção neoliberal na área social passa pelo apelo à filantropia e à solidariedade da sociedade civil e pelos programas seletivos e focalizados de combate à pobreza, no âmbito do Estado (YASBEK,2001).

- Instrumentalizar teoricamente e politicamente o trabalho de base, de educação, de mobilização popular, adensando os movimentos sociais em suas lutas, ampliando a qualidade da participação nesses espaços, através da releitura crítica de abordagens micro e macro-sociológicas que dêem sustentação aos novos desafios. Os espaços abertos para a consolidação dessa abordagem se colocam férteis (conselhos, fóruns, orçamento participativo, plebiscitos, tribunas livres, iniciativa popular de leis, etc), iluminados pelas diretrizes da descentralização e da participação popular, inscritas na Constituição Federal.

- Contrapor-se, através de acirrado debate teórico-político, à idéia do dever legal contra os direitos sociais como orientadora das decisões políticas, especialmente na esfera da gestão social pública.

- Publicizar estudos e pesquisas que tratam da erosão da cidadania social pactuada pelas forças neoliberais, que deslocam da esfera pública para a arena privada a responsabilidade da atenção às necessidades sociais, subtraindo a ótica do direito relevando a da moral.

- Pensar e adensar o debate sobre a identidade das profissões e a diversidade de suas representações, situando-as como constitutivas da divisão social e técnica do trabalho da sociedade atual e um dos segmentos de consolidação de um projeto ético-político macro-societário - e também profissional - conectadas a um ideal de socialidade que colida com a barbárie social, promovida pela ordem do capital.

- Lutar coletivamente para a valorização da pesquisa no âmbito da universidade e nos diversos espaços sócio-institucionais, inclusive junto aos órgãos de fomento e de financiamento, fazendo valer o trabalho intelectual crítico, mesmo ao contra-vento das determinações sócio-históricas da sociedade atual.

***Pesquisar é indignar-se no trânsito pelos acontecimentos, pois eles são a história em ação. Pesquisar é um modo de descobrir a história, construindo verdades... fazendo gritar o silêncio!***

(Mercedes Vilanova)

**ABSTRACT**

This article approaches the contemporaneous debate about social research, signaling the plurality of conceptions that occurs in the production of knowledge and its ethic-politic senses. Indicated references structure the comprehension of the phenomena that move the society of capital and lead consciences, power, relationships, interests, macro and micro-societary practices. They contaminate through research, the ways to apprehend the real and to produce knowledge. Beyond theoretical-methodological references, the reflection occurs in the analysis of the present conjuncture, demonstrating diverse expressions of definition of investigation objects and challenges proposed to researchers in order to giving answers that subsidize emancipatory practices to the overcoming of social barbarity produced in the conflictive capital-work relationship.

**KEY WORDS**

production of knowledge, investigation attitude, qualitative research, social research challenges

**REFERÊNCIAS**

ANDERSON, Perry – Balanço do Neoliberalismo In GENTILLI, Pablo; SADER, Emir (orgs). **Pós- neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1995.

ANTUNES, Ricardo – **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª ed. São Paulo. Boitempo. 2000.

BATTINI, Odária – **O Estado das Artes no Serviço Social – Estudo sobre a construção do conhecimento na prática profissional do assistente social**. PUCSP. Tese de Doutorado em Serviço Social. 1991.

CASTEL, Robert – **As Metamorfoses da Questão Social**. Petrópolis. Vozes. 1998.

CHIZZOTTI, Antonio – **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 5ª ed. São Paulo. Cortez. 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson – Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. In **Cadernos ABESS nº 4**. Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. São Paulo. Cortez. Maio. 1991.

- COUTINHO, Carlos Nelson – Notas Sobre Cidadania e Modernidade In Estudos de Política e Teoria Social. Praia Vermelha. Vol. 1. Nº 1. Rio de Janeiro. UFRJ. 1997. Págs. 145-166.
- DAHL, Robert. Poliarquia. Trad. Celso Mário Paciornik. São Paulo. Edusp. 1997.
- IAMAMOTO, Marilda – A Questão Social no Capitalismo In Temporalis. Ano II.Nº 3. Brasília. ABEPSS. Grafline. 2001. Págs. 9-32.
- LESBAUPIN, I. –O Desmonte da Nação.Balanço do governo FHC. Petrópolis. Vozes. 1999.
- LUKÁCS, Georg – Introdução a Uma Estética Marxista. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 2ª ed. Rio de Janeiro.Civilização Brasileira. 1978.
- LUKÁCS, Georg – Marxismo e Questão de Método na Ciência Social. Trad. J.P.Netto e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo. Ciências Humanas. 1977.
- MARCONATO PINTO, Roseni Inês - Ação Educativa na Prática do Serviço Social Empresarial. Dissertação de Mestrado em Educação. UEPG. 2002.
- MARTINELLI, Maria Lúcia – Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio. São Paulo. Veras. 1998.
- MARX, Karl – Para a Crítica da Economia Política. Trad. José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. São Paulo. Abril Cultural. 1978. (Coleção Os Pensadores).
- MÉSZÁROS, István – Para Além do Capital. Rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo César Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo. Boitempo. 2002.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza – Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 15ª ed. Petrópolis. Rio de Janeiro. 1994.
- MOUFFE, Chantal - Globalização e Cidadania Democrática. Trad. Kátia Kozicki. Conferência realizada no Programa de Pós-graduação em Direito da PUCPR. Curitiba. 2001.
- NETTO, José Paulo – Cinco Notas à Propósito da “Questão Social” In Temporalis. Ano II.Nº 3. Brasília. ABEPSS.Grafline. 2001. Págs. 41-50.
- PATEMAN, Carole. Participação e Teoria Democrática. Trad. Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.
- PEREIRA, Potyara A.P. – Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. In Temporalis. Ano II.Nº 3. Brasília. ABEPSS.Grafline. 2001. Págs. 51-62.
- PONTES, Reinaldo Nobre – Mediação e Serviço Social. São Paulo. Cortez. 1995.
- PUTNAM, Robert D. - Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro. Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1996
- ROSANVALLON, Pierre – *La Nouvelle Question Sociale. Repenser L'Etat-Providence*. Paris. Editions Seuil. 1995. In JAMUR, Marilena. Praia Vermelha. Estudos de Política e Teoria Social. UFRJ. Vol i. nº 1.1997. Págs. 183-191.

SINGER, Daniel – *Contracapa de Para Além do Capital. Rumo a uma teoria da transição.*  
MÉSZÁROS, István. Trad. Paulo César Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo.  
Boitempo. 2002.

YASBEK, Maria Carmelita – *Os Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade.*  
Seminário de Pesquisa em Serviço Social. Curitiba. PUCPR. 2001. mimeo. 16 págs.